

OS DISCURSOS DE TRABALHADORES AUTOGESTIONÁRIOS

Darlene Arlete Webler

RESUMO: *The analysis of the discourse practices of workers who constitute and enable cooperatives organizations of auto management belonging to the Solidary Economy in Rio Grande do Sul appears with the main objective in this approach. It is about undertaking of industrial production in the auto management model, created from the bankruptcy of capitalist management enterprises. The study deals with the observation of the discourse process of the practices of auto managing subjects, of auto management supporters and of working class intellectuals, in this process ideas and beliefs are “disarranged”, “rearranged” and “transformed” of non linear way. This new social and discourse practices of the auto managing organization of workers can be found in different moments of the humanity history, which leads us to think about the discourse resonances and interdiscourse connections.*

PALAVRAS-CHAVE: *práticas discursivas, formação discursiva, sujeitos, autogestão, economia solidária.*

O presente artigo apresenta uma pesquisa que tem por foco as práticas discursivas de trabalhadores autogestionários, cujas organizações cooperativo-associativas de produção industrial, em que estes trabalhadores se inserem, estão inscritas sob as orientações da Economia Solidária (ECOSOL) – provavelmente, a única forma, de fato, que hoje se constitui como prática sócio-econômica alternativa à prática excludente e competitiva capitalista. A organização associativa de trabalhadores, homens e mulheres, tem seu reflorescimento, no Brasil, por volta da segunda metade da década de 1980, intensificando-se e articulando-se em redes, especialmente, na última década. Essas instâncias de cooperação e associação solidárias envolvem uma parcela cada vez mais expressiva da população brasileira, instaurando novas linguagens e práticas discursivas, a partir de novos domínios de saberes que confluem para novas concepções no mundo do trabalho.

As organizações autogestionárias aqui enfocadas são empreendimentos cooperativos de trabalhadores da indústria metal-mecânica da Região Metropolitana de Porto Alegre e Região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, que se instauraram a partir da falência de empresas tradicionais de gestão patronal, tornando-se massas falidas capitalistas. Para tanto, fez-se necessário um processo de organização de um grupo de trabalhadores que, prestes a perder seus postos de trabalho, optaram por romper com práticas individualistas e competitivas de empregados e instaurar novas relações de trabalho, adversas as práticas habituais de empregados. Tal organização não é espontânea, mas construído historicamente e alicerçado na junção de diferentes forças políticas. Cabe destacar que, estes empreendimentos se apresentam como alternativas de geração de trabalho e de renda, mas também de construção de novas relações de produção, de novas práticas sociais e discursivas.

Nosso propósito principal reside em observar e analisar como as práticas discursivas, emergentes nessas experiências de autogestão, são desarranjadas, rearranjadas e transformadas, instituindo um novo campo discursivo. Assim, o estudo passa pela observação dos discursos que emergem dos e sobre os sujeitos autogestionários, revelando novas concepções de trabalho, novas práticas discursivas que são atravessadas por saberes confluentes, contraditórios e até antagônicos à concepção de autogestão.

A opção teórica se alicerça na perspectiva da Análise do Discurso, a partir de Michel Pêcheux, pelo seu enfoque nos processos de produção de sentido e de suas determinações histórico-sociais, em uma compreensão de que a ideologia é constitutiva desses processos e determinante dos discursos, dos sujeitos e dos sentidos. Considerando o viés materialista dialético e histórico, o percurso de estudos está ancorado na história das Formações Sociais, em noções como Condições de Formação, Formação Ideológica, Formação Discursiva, Bloco Histórico e Intelectual Orgânico, para pensar nas redes discursivas e ressonâncias interdiscursivas de autogestão.

Relativamente à materialidade discursiva utilizada para fins de análise, tomamos as produções discursivas de trabalhadores da autogestão, assessores, sindicalistas, políticos e simpatizantes, que foram obtidas, prioritariamente, através de entrevistas, mas também através de materiais de formação sócio-político-administrativa e de materiais de informação – seja de circulação restrita, seja de circulação aberta à população. Ressaltamos que esta pesquisa, ao analisar os processos de discursivização de operários inseridos em empreendimentos industriais autogestionários sobre suas práticas sociais, desnuda um fascinante novo jeito de trabalhadores se organizarem em uma dinâmica adversa à das empresas tradicionais capitalistas.

Com vistas a um melhor desdobramento do nosso estudo relativamente aos discursos produzidos nas e sobre as organizações de trabalho autogestionário, optamos por apresentar a abordagem nas seguintes subseções: *1. A Autogestão à Luz da Economia Solidária*, desdobrando algumas questões fundamentais sobre as práticas de autogestão operária e sobre a concepção da Economia Solidária, e *2. Os Discursos da Formação Discursiva Autogestionária*, tecendo uma abordagem teórico-analítica acerca dos discursos autogestionários na perspectiva da Teoria da Análise do Discurso.

A AUTOGESTÃO À LUZ DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A organização associativa autogestionária de trabalhadores, sob a inscrição *Economia Solidária* (ECOSOL), tem seu reflorescimento recente no Brasil. Especificamente no Rio Grande do Sul, seu desenvolvimento se efetiva a partir do início da década de 1990, sendo fortemente impulsionado pelo Programa de *Economia Popular e Solidária* (ECOPOPSOL), criado em 2000, a partir da junção de diferentes forças orgânicas sociais, sindicais, políticas e institucionais. Cabe destacar que este programa adquiriu grande dimensão e repercussão, fomentando muitas associações e cooperativas de trabalhadores, em especial, por uma opção prioritária de um governo popular, identificado com a classe trabalhadora, que buscou parcerias com universidades e institutos de pesquisa e assessoria técnica.

Os empreendimentos cooperativos de autogestão caracterizam-se pela concepção de economia alicerçada em princípios de solidariedade, de participação popular e de autonomia. A dinâmica de funcionamento autogestionário, na verdade, desnuda um fascinante novo jeito de organizar-se em uma dinâmica adversa à das empresas tradicionais capitalistas, visto que as relações de dominação-subordinação, próprias de estruturas patronais (relação patrão-empregado), são desconstruídas para, em seu lugar,

serem implementadas relações de gestão solidária de sujeitos em condições iguais na dinâmica produtiva.

Esse processo de organização tem origem nas práticas dos oprimidos e dos sujeitos solidários em reação organizada ao neoliberalismo global em curso. Ele tem potencial para avançar estrategicamente na construção de uma sociedade pós-capitalista, na medida em que viabiliza a expansão de redes solidárias nos campos da economia, da política e da cultura, em processos que se interligam em nível local, regional e mundial. Mance (2002) chama este processo de Revolução das Redes de Colaboração Solidária. Tais redes articulariam, na economia, os sistemas de comércio justo, abolindo as regras de mercado; proporcionariam a cooperação tecnológica e intelectual, além do financiamento ético e solidário entre as organizações, sociedades e nações. Para Paul Singer (2010), as organizações de Economia Solidária se constituem, atualmente, como formas alternativas à dinâmica de funcionamento de trabalho capitalista. Nesse sentido, a vivência dos princípios de solidariedade, cooperação e mútua ajuda, nas relações sociais e econômicas, tem se mostrado eficazes formas alternativas de trabalho e de renda, e até de organização habitacional, educacional, social e cultural de um contingente de pessoas.

O caráter estratégico e classista do processo de organização cooperativista tem debate antigo e centrado, fundamentalmente, na contradição entre uma economia estrutural de mercado e a viabilização de empreendimentos cooperativos. Em linhas gerais, as cooperativas podem ser pensadas como instituições de caráter socializante e, em uma economia liberal, procuram, contraditoriamente, reproduzir a lógica do mercado e manter sua dimensão social. Nas palavras de Luxemburgo (1973, p.32), “as cooperativas, e em primeiro lugar as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista”.

No que tange à cooperação, logo percebemos que, como ela tem suas origens nas necessidades humanas a serem satisfeitas, as manifestações de auxílio mútuo surgem, com maior frequência, em períodos sociais adversos à satisfação das necessidades coletivas. É esta a explicação teórica para o aparecimento de associações cooperativas onde e quando obstáculos colocam-se para um grupo de indivíduos.

Nessa ótica, a razão do ato cooperativo está na dificuldade, na dependência, na insuficiência do agir individualizado para satisfazer necessidades imediatas, o que não significa que os indivíduos participantes dessas organizações adquiram convicções e consciências da cooperação. Ao contrário, segundo Marx (1977, p.37), “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. Contudo, as organizações podem reforçar e difundir esses ideais ou inibir seu desenvolvimento de acordo com o seu processo organizativo e suas relações de poder e convivência.

Em relação aos empreendimentos solidários instaurados a partir de massas falidas, é fundamental atentar que a superação de culturas e relações habituais de trabalho não ocorre automaticamente quando se instala o novo regime jurídico e social do empreendimento. Todo processo de construção que antecede a formalização da organização é necessário que seja uma construção coletiva para que ocorra o estabelecimento de interesses comuns. Nesse sentido, tratar de cooperativa significa tratar de cooperação, tratar da natureza das relações que entre si os homens estabelecem com vista a um objetivo comum. É a partir da forma de organização que se cria condições para novas relações de poder e para relações sociais de produção. Nesse sentido, há duas questões centrais: (a) a gestão democrática do conhecimento, ou seja, a apropriação coletiva de todo o processo produtivo, o que a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária chama

de *saber coletivo dos trabalhadores*; e (b) o estabelecimento democrático e transparente de critérios da distribuição dos resultados econômicos, que se dá na remuneração do trabalho, na distribuição dos resultados e nas estratégias e projetos de investimento, inovação e desenvolvimento da empresa.

A instauração de empreendimentos autogestionários é uma opção corajosa e desafiadora de um conjunto de pessoas historicamente subjugadas a desempenhar um papel secundário no processo produtivo, que se propõe a vivenciar novos processos e relações de produção, caracterizados por uma dinâmica democrática e transparente no gerenciamento de tarefas e decisões, bem como de critérios de distribuição dos resultados econômicos. Portanto, o caráter dos empreendimentos da Economia Solidária ou de Economia Popular e Solidária¹ não remete apenas a espaços democráticos de decisão, mas à apropriação do próprio processo e estratégias produtivas e de comercialização por parte dos trabalhadores.

OS DISCURSOS DA FORMAÇÃO DISCURSIVA AUTOGESTIONÁRIA

Considerando que a compreensão da materialidade da língua, da linguagem verbal, está ancorada a um contexto sócio-histórico, a nossa opção teórica, para tratar das práticas discursivas dos trabalhadores autogestionários, se alicerça na perspectiva da Análise do Discurso, de linha francesa, caracterizando-se pelo enfoque nos processos de produção de sentido e de suas determinações histórico-sociais. O presente estudo passa pela observação, no plano discursivo, de manifestações de cultura e consciência de cooperação, inseridas em um movimento de práticas sociais e políticas confluentes, contraditórias e até antagônicas.

As condições de produção das práticas discursivas autogestionárias, aqui enfocadas, estão situadas, por um lado, na emergência do acontecimento, ou seja, na constituição organizativa e jurídica do empreendimento industrial de autogestão e, por outro, na própria história dos trabalhadores com vistas à sua emancipação e à superação do modo de produção capitalista. Nesse sentido, é imprescindível considerar diferentes questões sobre o funcionamento e as práticas discursivas que caracterizam as empresas tipicamente capitalistas, com relações patronais, para que se estabeleçam as distinções entre estas e os empreendimentos solidários. Da mesma forma, observar e analisar como se dão as relações de reprodução e também as de transformação das práticas discursivas dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente na modalidade de associação autogestionária, suas tomadas de posições e seus efeitos, o processo de assujeitamento pela qual os indivíduos se constituem como sujeitos de seu discurso.

As reflexões teóricas e analíticas sobre o processo de *desarranjo* das concepções e práticas da gestão empresarial, de *rearranjo* e de *transformação* destas concepções e práticas em novas concepções e práticas mostraram evidências de outros discursos, provindos de outros lugares que não são os da Economia Solidária, bem como contradições que, possivelmente, permeiam e se revelam de diferentes formas no processo de organização autogestionária. Nessa perspectiva, optamos por trabalhar com o domínio discursivo de referência (a formação discursiva de referência – FDR) que é *Formação Discursiva dos Trabalhadores Autogestionários* (FDTA) para nos reportarmos aos saberes e práticas discursivas dos sujeitos inseridos em cooperativas solidárias de autogestão; além de outras duas formações discursivas que se articulam, em alguma medida, à formação discursiva de referência, a saber: a *Formação Discursiva Empresarial* (FDE), em que se inscrevem saberes e práticas discursivas da gestão empresarial tradicional, e a *Formação Discursiva Político-Sindical* (FDPS), em

¹

Atualmente, no RS, são usados igualmente as designações de Economia Solidária e de Economia Popular Solidária.

que estão inscritos os saberes e práticas discursivas de instâncias de apoio e assessoria aos empreendimentos de Economia Solidária.

Para fins analíticos, tomamos as práticas discursivas de trabalhadores associados e de agentes assessores e apoiadores da autogestão, levando em conta os processos de discursivização, ainda que estes não se caracterizem pela linearidade. O percurso de análise foi organizado da seguinte forma: (1) os saberes empresariais (da FDE) que emergem fortemente na materialidade discursiva, reproduzindo percepções e relações hegemônicas na sociedade atual; (2) os saberes e discursos que rompem com os saberes e práticas patronais (saberes da FDPS), em um processo de desarranjo e rearranjo de saberes e práticas; e (3) os saberes e práticas que instauram novos saberes e novas práticas discursivas que são as da autogestão, inscritas sob a concepção da Economia Solidária (FDTA). Assim, recortamos sequências discursivas de referência (SDR), a partir de entrevistas com trabalhadores cooperativados e de depoimentos transcritos de materiais de formação da ANTEAG, e sequências discursivas (SD), a partir de entrevistas com dirigentes políticos e sindicais.

Ainda que se trate de reflexões e análises extensas e complexas a respeito do processo de desarranjo, rearranjo e transformação de saberes e práticas discursivas, optamos por apresentar, para fins de ilustração no presente texto, quatro sequências discursivas de referência: a primeira é fortemente atravessada por saberes empresariais (da FDE), a segunda mostra indícios de questionamento destes saberes empresariais; ao passo que as duas outras sequências discursivas de referência, a SDR 3 e a SDR 4, revelam a instauração de um novo campo discursivo (a FDTA) e nela é possível observar traços da subjetividade dos sujeitos.

Relativamente à questão sobre como os trabalhadores que percebem/percebiam as relações de trabalho na empresa metalúrgica capitalista falimentar e na cooperativa autogestionária, recortamos a seguinte sequência discursiva de referência (SDR1), em que podemos observar concepções empresariais na fala de um trabalhador autogestionário. Vamos à primeira das SDRs:

SDR 1 – (...) quando a gente está de macacão, igual a todo mundo, ninguém nos vê como um cara que sabe mais ou menos do que os outros não. Pelo contrário, muitas vezes, o companheiro chega e diz: pô, você é o quê? Você é um operário, você não entende de nada. (J.P.)

Nesta SDR 1, aparecem saberes próprios da empresa capitalista como a percepção de uma condição de operários “iguais” entre si, marcada pelo uso do macacão, que simboliza e concretiza um lugar de *inferioridade* e de *limitação* na hierarquia da empresa; portanto, é uma igualdade entre trabalhadores subvalorizados e explorados no mundo do trabalho capitalista. Nesta medida, o operário entende não ter conhecimentos (ou tê-los de forma periférica) e nem capacidade para o que está além do seu trabalho braçal específico na linha de produção. Sua baixa valorização está atrelada, para ele, ao vestuário que porta: se estiver paramentado como operário, não terá credibilidade; mas, se estiver se apresentando com vestimentas próprias do universo empresarial, será visto como alguém que “sabe” e deve ser respeitado por isso, deve merecer credibilidade.

A perspectiva de o trabalhador-associado falar sobre a empresa no mercado de trabalho, de opinar sobre a produção, de planejar investimentos, de avaliar o processo da prática de gestão ainda parece ser um lugar estranho e distante dele enquanto sujeito-trabalhador que faz parte de uma empresa que já não tem mais patrão. Mais uma vez, a condição de inferioridade pode ser observada, na fala do metalúrgico ainda, pelo uso do *ninguém*, na passagem “ninguém nos vê como um cara que sabe mais ou menos do que

os outros não”, representando um *ninguém* entre o grupo dos que “não sabem” no interior da empresa, especificamente aqueles que trabalham no setor de produção.

Historicamente, o trabalhador é levado a ocupar tal lugar de *ser incapaz e ignorante*, em favor de outro(s) *que sabe(m)* e, por isso, legitimamente, *pode(m) mais*, ou seja, tem mais poder. Na empresa tradicional, a distância entre quem trabalha na linha de produção (fábrica) e quem trabalha na estrutura administrativa (escritório) está fortemente marcada. O macacão é vestimenta própria dos operários da fábrica e representa uma das marcas desse distanciamento. Nessa perspectiva, na fábrica, estariam os que não têm conhecimento, os que não sabem ou tem o que falar/opinar, os que apenas sabem fazer o trabalho braçal; ao passo que, no escritório, estariam os que *sabem*, os que têm conhecimentos, os *diplomados*.

A resposta de autodefinição de J.P. evidencia esse distanciamento entre fábrica e escritório, mas também entre os trabalhadores do mesmo setor (*linha de produção*), especialmente na passagem: “pô, você é o quê? Você é um operário, você não entende de nada”. Trata-se de indícios da gestão empresarial presente na autogestão, o que conduz a pensar nas razões de certa desconfiança de alguns trabalhadores em relação à “igualdade” nas relações de autogestão entre os trabalhadores de diferentes setores ou níveis de produção – *serviços* na linha de produção. Tal diferença, entretanto, é apenas tangenciada de modo superficial entre quem está de “macacão” e quem não está. Além de desconfiança, pode haver até um sentimento de *desconforto* do trabalhador diante do desafio de *ocupar* um lugar legitimamente seu, mas que historicamente lhe foi negado: um lugar de co-responsabilidade pelo processo de gestão do empreendimento.

Para ilustrar indícios de questionamento de saberes empresariais, em que os sujeitos-trabalhadores começam a pensar como sujeitos-autogestionários, trazemos a SDR 2, recortada de outra fala relativamente ao que, na percepção dos trabalhadores cooperados, mudou na relação de trabalho da época da empresa capitalista para a cooperativa.

SDR 2 – (...) A gente confunde, às vezes, cooperado, sobra, salário... a gente confunde em falá isso daí... a gente ainda tá gatinhando nesse tipo de coisa (autogestão)... (N.A.)

A confusão entre noções, referida nesta SDR 2, reflete o processo de crescente identificação com saberes da gestão operária. Aos poucos, no entanto, é possível observar que, pela prática autogestionária, os trabalhadores-associados vão desconstruindo saberes empresariais e reconstruindo-os de outra forma até que a transformação comece a ser instaurada – este movimento de desconstrução e reconstrução caracteriza-se por atravessamentos de saberes herdados das antigas relações de trabalho e profundamente impregnados nas práticas dos operários. Isso é discursivizado pelo trabalhador em “*a gente ainda tá gatinhando nesse tipo de coisa*” – na referência às novas relações de trabalho autogestionário que devem substituir as relações de submissão-dominação entre empregado-empregador – a cultura de firma. Esta se caracteriza como cultura de não-participação em processos de planejamento e avaliação, própria das empresas capitalistas. Trata-se de uma cultura que precisa ser superada na autogestão, dando lugar para a cultura da participação que tende a caracterizar a FDTA, com novas relações de gestão da produção.

Diferentemente das sequências discursivas de referência, em especial a SDR 1, as seguintes SDRs (SDR 3 e SDR 4) revelam novas concepções e práticas discursivas.

SDR 3 – Luto para que a gente consiga mostrar para os trabalhadores que não existe dois povo numa empresa, existe um só. Na empresa tradicional, no capitalismo, existe dois “povo”: um do escritório e outro da produção e que não querem (patrões) que se mistura. Se misturar, dá problema na divisão do lucro. Então,

pra nós é diferente. Todos têm que tá junto, todos têm que saber de todos os problemas da empresa... o que perdeu, o que deixou de ganhar, o que deixou de fazer e assim por diante. (J.H.)

SDR 4 – O trabalhador é mais que um soldador. Não basta ser só soldador, que é o papel do soldador. Mas quando ele levanta a máscara, ele já é um outro agente no processo. Ele é um todo. (...) ele faz o processo. Nós só vamos conseguir mais a partir do momento que o trabalhador sacá isso... porque é mais fácil ele pensar na produção do que agir na produção. (J.H.)

A partir destas SDRs, podemos pensar no quanto são significativos os processos de organização dos trabalhadores e a mudança que se opera nas relações de trabalho de uma gestão empresarial capitalista para uma autogestão de trabalhadores. Além disso, é importante considerar o nível de dificuldade que representam as necessárias rupturas culturais, profundamente impregnadas na sociedade em que as leis de mercado se sobrepõem a qualquer ordem social.

Na SDR 3, há um saber autogestionário na passagem “*Luto para que a gente consiga mostrar para os trabalhadores que não existe dois “povo” numa empresa, existe um só*”, refletindo o desarranjo e rearranjo de um saber capitalista – de separação entre setores, entre quem manda e quem faz. Ao enfatizar que *luta* para mostrar aos trabalhadores-associados que, na cooperativa, não existe essa separação entre os que fazem o trabalho braçal e os que fazem o trabalho administrativo (intelectual), J. H. tem a percepção de co-responsabilidade pelo processo de implementação das novas relações de trabalho.

A *mistura*, mencionada na SDR 3 remete à interação dos sujeitos entre si e à interlocução nos momentos de tomadas de decisões sobre a cooperativa, desde o planejamento da produção até a distribuição dos resultados econômicos – as sobras conquistadas ao longo do processo produtivo devem ser apropriadas por todos, de acordo com os critérios democraticamente decididos por todos. Trata-se de uma *mistura* salutar e necessária à dinâmica de autogestão operária enquanto exercício de participação nas diferentes instâncias de discussão e mecanismo para assegurar a solidariedade e democracia nas relações de trabalho. A enunciação de que *essa mistura dá problema na gestão empresarial* e que se constitui uma prática adversa a da autogestão mostra-se um saber desconstruído e reconstruído segundo os saberes e práticas autogestionárias. O estar junto e o conhecer o funcionamento da cooperativa em todos os aspectos (ganhos, perdas, planos, avaliações, etc.) significa os trabalhadores-associados sentirem-se efetivamente parte do processo e estimularem-se mutuamente para a participação ativa – é o coletivo sobrepondo o individual, sem desrespeitar as individualidades. Além disso, estamos diante do desarranjo do saber historicamente construído, no imaginário da classe trabalhadora, de que os trabalhadores não sabem e nem têm interesse em administrar um empreendimento, necessitando, por isso, dos empregadores para fazê-lo. O rearranjo deste saber está nos discursos e nas práticas da autogestão operária, inscritos nos domínios da FDTA à luz de formações ideológicas de emancipação do proletário.

Na SDR 4, temos a caracterização do ser sujeito autogestionário que é mais do que um profissional que transforma a matéria-prima em um produto. É pertinente a associação ilustrativa que J.H. traz do soldador que, ao levantar a máscara que protege seu rosto das faíscas da soldagem, já não é mais só um profissional técnico – ou seja, um soldador –, ele é um agente do processo cooperativo autogestionário, é um sujeito inserido em relações solidárias e co-responsável por elas, é um trabalhador que junto com outros faz acontecer a autogestão operária, em meio à competitividade do mercado. É, na verdade, uma concepção que se inscreve nos domínios de saberes da FDTA.

Podemos apreender, no entanto, a partir do fragmento “*Nós só vamos conseguir mais a partir do momento que o trabalhador sacá isso... porque é mais fácil ele pensar na produção do que agir na produção*”, que, muitas vezes, os trabalhadores não têm incorporado essa lógica, esse perfil de sujeito que faz a autogestão. A compreensão de ser sujeito da autogestão – que significa ser mais do que um profissional e gestor de um empreendimento – é fundamental para assegurar o próprio processo autogestionário. Caso contrário – se esse saber não for incorporado pela maioria dos associados –, pode ali estar uma brecha para que saberes da gestão empresarial tomem o lugar dos autogestionários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No empreendimento autogestionário, ainda que o processo de desarranjo e rearranjo de saberes – da gestão empresarial capitalista para a autogestão – se caracterize como um processo não-linear, que não está imune a contradições, a vivência das relações solidárias de trabalho revela que predominam os saberes e práticas sociais da autogestão operária em relação aos saberes da gestão tradicional capitalista. Podemos dizer que, em linhas gerais, é a transformação se sobrepondo à reprodução.

Muitos dos discursos coletados em entrevistas com operários autogestionários, que constituem nosso corpus de análise, encontram ressonância histórica, tratando-se, portanto, de escolhas e discursos com existência anterior às práticas discursivas destes operários, ainda que eles (sujeitos-enunciadores) tenham a ilusão de autoria destas escolhas e discursos, a ilusão de que é “dono” de seu dizer.

As análises dos discursos dos trabalhadores autogestionários permitiram pensar que, por exemplo, a participação coletiva nas instâncias de decisão, sobre o processo produtivo, passou a ser algo importante para o trabalhador quando ele começa a desconstruir a concepção de que é cabível a não-participação dos operários, dos empregados, e reconstruí-la para um saber segundo o qual cabe a tomada das decisões (*ter voz*) aos que promovem a transformação da matéria-prima em mercadoria, que, na verdade, são os que geram sobras que, por sua vez, são apropriadas indevidamente pelos empregadores.

A observação do processo de superação destas práticas deve vir associada à concepção de não-linearidade e não-estabilidade que caracteriza a desconstrução e a reconstrução de saberes e práticas, processo constitutivamente contraditório. É fundamental, nas discussões acerca da autogestão operária, considerar o fato de que o empreendimento autogestionário não é uma “ilha”, visto que se insere na dinâmica mercadológica. As relações solidárias de trabalho caracterizam as práticas sociais e discursivas para dentro do empreendimento, ou seja, nas relações estabelecidas entre seus associados, estendendo-se a instâncias que dialogam com os saberes autogestionários. Estes empreendimentos de autogestão operária precisam também estabelecer relações de mercado – que implicam posturas/práticas competitivas – para fora dele, por uma questão de sobrevivência econômica. Nesse sentido, um dos grandes desafios colocados para os sujeitos autogestionários é instigar constantemente as discussões acerca dos princípios da autogestão para que sejam mantidas as relações de solidariedade, de democracia e de autonomia nas suas práticas sociais.

Simultaneamente ao estabelecimento de relações solidárias com outras experiências de autogestão, o empreendimento autogestionário, muitas vezes, opta pelo seu ingresso na dinâmica produtiva mercadológica, com vistas à obtenção de dividendos econômicos para a empresa de autogestão. Dessa forma, o empreendimento autogestionário operário se comporta, no mercado, como se fosse uma empresa capitalista. A questão que se coloca é se tal prática se trata de uma adaptação a novas

formas de o capital se apresentar e, por conseqüência, a possibilidade de os sujeitos autogestionários reverem suas concepções e deixarem sucumbir os princípios da autogestão como norteadores de suas relações solidárias de trabalho. Ponderamos que se trata de uma questão que está colocada permanentemente em pauta nas discussões realizadas por instâncias promotoras e instigadoras da autogestão.

Diante disso, retomamos a questão segundo a qual determinadas “fraturas” no modo de produção das relações de produção propiciam “esfacelamentos” nos modelos de produção capitalista, abrindo “brechas” nas quais o proletariado pode se instalar, como é o caso da organização operária autogestionária. De modo semelhante à existência das contradições (“brechas”) da Formação Discursiva Empresarial (FDE) que permitiu o surgimento da Formação Discursiva dos Trabalhadores Autogestionários (FDTA), cujos saberes são antagônicos entre si, as contradições (“brechas”) da organização autogestionária podem propiciar o retorno a saberes que são próprios da gestão empresarial. Cabe, aos sujeitos da e na autogestão, a retomada e o debate contínuo acerca dos princípios autogestionários, negando/evitando com veemência a *cultura de firma* em favor do cultivo da *cultura da participação e da ajuda mútua*. Vale lembrar ainda que a autogestão operária, enquanto espaço da transformação, se faz no próprio processo de produção e reprodução de saberes e práticas solidárias, ao mesmo tempo em que saberes e práticas capitalistas são desarranjados e rearranjados.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 9. ed., RJ: Graal, 2003.
- _____. *Sobre a reprodução*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade enunciativa. In: GERALDI, J.W. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 9, Campinas, Unicamp / IEL, jul-dez, p. 25-41, 1990.
- COURTINE, J.-J. Quelques problèmes et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, n. 62, Paris, juin 1981.
- COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l’analyse du discours? In: *Materialités discursives*. Nanterre: Presses Universitaires de Lille, 1981.
- GRAMSCI, A. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. 3. ed., RJ: Civilização Brasileira, 1979.
- GRUPPI, Luciano. *O Conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- INDURSKY, F.; LEADRO FERREIRA, M.C. *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. (Col. Ensaios, 12).
- LÊNIN, Vladimir. *Obras escolhidas. Tomo 1*. São Paulo:Alfa-Omega, 1982.
- _____. *Obras escolhidas. T.2*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980(a).
- _____. *Obras escolhidas. T.3*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980(b).
- MANCE, E.A. *Redes de colaboração solidária: Aspectos econômico-filosóficos*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARX, Karl. *Salário, preço e lucro*. 5.ed. São Paulo: Global, 1977. (Coleção Bases, 28)
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas. V. I, II e III*. SP: Alfa-Omega, s/d.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2003.
- _____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas/SP: Pontes, 2003.

- PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Campinas/SP: Pontes, 2002.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997(b).
- PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. *A Língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Trad. Bethânia Mariani; Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.
- PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SADER, Emir (Org.). *Gramsci: Poder, política e partido*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SINGER, P.; SOUZA, A.R. (Orgs). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. (Col. Economia)
- _____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *A Economia solidária ao longo dos dez anos de FSM*. Conferência realizada durante o 10º Fórum Social Mundial e a 1º Feira Mundial de Economia Solidária, dia 26/01/2010, Canoas/RS.